



CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
Lista de Presença – 26ª Reunião
Data: 10 de maio de 2007

Membros da Câmara de Compensação Ambiental

Composição		Nome	Presença
Secretário Adjunto		Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo	P
Gab. SMA/APE		Fernanda Falbo Bandeira de Mello	P
CPRN	Titular	Helena Q. Carrascosa Von Glehn	P
	suplente	Sílvia Regina Carpinelli	-
CPLEA	Titular	Lúcia Bastos Ribeiro de Sena	P
	suplente	Iracy Xavier da Silva	P
FF	Titular	José Amaral Wagner Neto	P
	suplente	Cristiane Leonel	P
IF	Titular	Cláudio Henrique Barbosa Monteiro	P
	suplente	Hélio Ogawa	P
IBt	Titular	Vera Lúcia Ramos Bononi	P
	suplente	Dácio Roberto Matheus	P
IG	Titular	Ricardo Vedovello	P
	suplente	José Antonio Ferrari	P
CONSEMA		Paulo Nogueira-Neto	P

Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental

Antonio Augusto da Costa Faria

Maria Cristina Heilig

Participantes da Reunião

João Roberto C. Winther	CPRN
Luis Roberto Numa de Oliveira	FF
Odair Nigosky	SMA/GAB
Maria Teresa B. de Almeida Prado	SMA/GAB
Kasuo Sakurai	SMA/GAB
Camila Godoi Ferreira	DAIA
Teresinha da Silva Melo	DAIA
José Pedro de Oliveira Costa	SMA/GAB
Maria Sílvia Romitelli	DAIA
Neide Araújo	DAIA
Marcelo Arreguy Barbosa	DAIA
Ana Cláudia Cavacic	DAIA
Archimedes Pereira da Silva Júnior	DAIA



RESUMO DA REUNIÃO

1. ABERTURA

Aos 10 dias de maio de 2007, às 9:00 horas, na sala de reuniões do CONSEMA, realizou-se a 26ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente.

Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, Secretário Adjunto da Pasta e Coordenador da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente abriu a reunião apresentando o novo Secretário Executivo da CCA, Antonio Augusto da Costa Faria, e Fernanda Falbo Bandeira de Mello, Assessora de Projetos Especiais, como sua substituta nas suas ausências nos trabalhos da Câmara.

Em seguida esclareceu que o novo formato da CCA, ou seja, menor número de membros e o fato de que cada um dos titulares ocupa a direção dos seus respectivos órgãos, resultou da orientação do Secretário do Meio Ambiente, que pretende dar à Câmara mais agilidade e maior poder de decisão.

Enfatizou que os recursos oriundos da compensação ambiental não devem ser utilizados para suprir deficiências orçamentárias, mas destinados de acordo com o que determina o artigo 33 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, com destaque para a regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação de planos de manejo.

Informou que está em preparação um decreto que deverá estabelecer as regras da compensação ambiental no Estado, solicitando à Secretaria Executiva que enviasse a minuta aos membros da Câmara para que eles pudessem fazer suas contribuições.

Esse decreto deverá também detalhar o conceito de regularização fundiária para que os responsáveis pela aplicação dos recursos possam fazê-lo de maneira consistente.

No que diz respeito ao estabelecimento dos percentuais que os empreendedores são obrigados a desembolsar para apoiar a implantação e manutenção de unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral, a Secretaria do Meio Ambiente editou recentemente a Resolução SMA nº 56, de 27 de dezembro de 2006, Resolução essa que já se transformou em modelo para outros órgãos de proteção ambiental estaduais.

Realçou que outra das preocupações da Secretaria do Meio Ambiente é estabelecer um relacionamento diferenciado com os grandes empreendedores, como, por exemplo, a Petrobrás e o Dersa, em virtude da magnitude dos recursos. Lembrou também que o TCCA é entendido como um ônus adicional pelos empreendedores, que gostariam de simplesmente depositar o dinheiro na conta da SMA para que esta assumisse a responsabilidade integral da utilização dos recursos. O Coordenador da CCA afirmou que a SMA não pretende mudar os procedimentos já estabelecidos, a saber, a abertura de conta corrente poupança vinculada sob responsabilidade do empreendedor.

Por fim, lembrou da necessidade de criação de um banco de dados que possa informar e nortear os gastos do empreendedor, como custos de desapropriação e de planos de manejo.



2. APROVAÇÃO DA ATA DA 25ª REUNIÃO DA CCA

Aprovada, considerando a presença nesta reunião de três membros da CCA que participaram da composição anterior e que se encontravam presentes na 25ª Reunião (Hélio Ogawa, Dácio Roberto Matheus e Iracy Xavier da Silva), tendo os mesmos considerado a Ata fiel às deliberações tomadas.

3. RETIFICAÇÃO DA ATA DA 23ª REUNIÃO DA CCA

No tocante à Destilaria Pioneiros Ltda (Processo SMA nº 13.734/04), empreendimento de implantação de unidade do setor sucroalcooleiro, a Consultoria Jurídica da Pasta solicitou a grafia correta do rio Jacaré-Guaçu. Portanto, na Ata da 23ª Reunião da CCA, onde se lê “Jacaré”, leia-se **Jacaré-Guaçu**

4. INFORMES

4.1. Foi informado aos membros da CCA que em atendimento ao disposto no Decreto Estadual nº 51.543, de 29 de dezembro de 2006 (SIEFLOR), o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA da Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais – CPRN encaminha à Fundação Florestal para manifestação toda a documentação de compensação ambiental destinada às unidades de conservação do Instituto Florestal.

4.2. Rodoanel Oeste (Processo SMA nº 13.522/97)

A CCA recebeu a informação de que a diferença de compensação ambiental entre o custo estimado e o custo final de implantação desse empreendimento foi de R\$ 753.839,00. Na 25ª Reunião a CCA indicou as seguintes aplicações:

- PE Jaraguá: R\$ 153.839,00 na complementação da infra-estrutura da área de visitação pública e educação ambiental; e
- PE Fontes do Ipiranga: R\$ 600.000,00 na regularização fundiária.

No entanto, posteriormente se descobriu que o TCCA firmado com o DERSA em 2002 previa que se houvesse diferença do valor de implantação os recursos seriam destinados para as mesmas unidades de conservação já contempladas e na mesma proporção, a saber: PE Jaraguá/IF; PNM Anhanguera/PMSP; PNM das Nascentes/PM Cotia; PNM Aldeias e PNM Patrius/PM de Carapicuíba.

Em virtude dessa constatação foi solicitada a manifestação da Consultoria Jurídica da Secretaria do Meio Ambiente quanto à possibilidade de re-direcionamento desses recursos para outras unidades de conservação, conforme indicado na 25ª Reunião da CCA, e sobre o instrumento jurídico desse re-direcionamento: Termo Aditivo ao TCCA de 2002 ou celebração de novo TCCA.

Foi levantado o problema de que o DERSA desapropriou a área do Parque das Nascentes para entregá-la à Prefeitura de Cotia, que nunca desejou recebê-la e nem sequer tem condições de



administrá-la. Segundo Helena Carrascosa o Parque está sendo invadido, sem que se tome qualquer providência para sustar essas invasões.

Segundo o Coordenador da CCA, Dr. Pedro Ubiratan, a CCA não tem o controle do gasto dos recursos da compensação ambiental, especialmente em se tratando de unidades de conservação que não são gerenciadas pela SMA.

Esse problema coloca para a CCA a necessidade de avaliar com o devido cuidado as destinações de recursos para prefeituras que não querem ou não podem responsabilizar-se pelo bom gerenciamento dessas unidades de conservação, muitas vezes mal informadas sobre a legislação específica sobre o assunto ou acreditando que esses recursos podem ser aplicados em qualquer outra área do município.

4.3. Loteamento Comercial e Residencial Portal dos Ipês – Pilar Empreendimentos Ltda (Processo SMA nº 13.738/05)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, por meio da Deliberação 003/2007, solicitou que fosse revisto o percentual de compensação ambiental em função da Resolução SMA nº 56/06.

O DAIA reexaminou o percentual à luz dessa nova Resolução, informando que o percentual permanece 0,5%, não havendo portanto necessidade de revisão da destinação por este motivo.

O total da compensação ambiental foi de R\$ 19.001,00, sendo que a APA Cajamar, sob responsabilidade da CPLEA, recebeu R\$ 5.000,00 para a complementação do Plano de Manejo; A Prefeitura de Jundiaí recebeu R\$ 14.001,00, recursos que deverão ser aplicados na ResBio da Serra do Japi em atividade a ser ainda definida.

Por fim foi informado de que perdura a seguinte pendência: a Prefeitura de Jundiaí, gestora da ResBio Municipal da Serra do Japi, ainda não apresentou o Plano de Trabalho para análise.

5. INFORMES DE EMPREENDIMENTOS COM COMPENSAÇÃO AMBIENTAL CANCELADA

5.1. Aterro Sanitário – ENGEPE Engenharia e Pavimentação Ltda (Processo SMA nº 13.792/04)

Analizado na 24ª Reunião da CCA. A compensação ambiental de R\$ 114.108,50 foi destinada à criação da UC Barreiro Rico (EE Anhembi). O empreendimento foi considerado ambientalmente inviável. Foi considerada pela CCA a necessidade de repor esse recurso.

5.2. COPLASA Açúcar e Alcool Ltda – Implantação de unidade de produção de açúcar e álcool e co-geração de energia (Processo SMA nº 13.756/03)

Analizado na 24ª Reunião da CCA. A compensação de R\$ 256.250,00 foi destinada ao PE Aguapeí para segurança patrimonial. O CONSEMA, por meio da Deliberação 29/2006, suspendeu a LP já concedida em face da nova proposta de localização para o empreendimento. A CCA considerou ainda que não há necessidade de repor estes recursos, tendo em vista que a criação e a manutenção desta unidade de conservação é de responsabilidade da CESP.

6. CONCLUSÃO DE ANÁLISE DE PROCESSOS

6.1. Açúcar Guarani S/A (Unidade Cruz Alta) – Ampliação do parque industrial e da capacidade produtiva (Processo SMA 13.750/05)

Apresentação e análise do Plano de Trabalho elaborado pelo Instituto Florestal – IF, sendo que os recursos (R\$ 205.000,00) devem ser aplicados, segundo o documento apresentado pelo IF, na revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, plano esse que foi concluído em 2001.

Maria Cristina Heilig comentou que na 25ª Reunião a Câmara aprovou a elaboração do Plano de Manejo e não a sua revisão. Há, portanto, uma contradição entre o que foi aprovado pela CCA e aquilo que estava sendo analisado na reunião. Era preciso fazer essa correção para que no encaminhamento à Consultoria Jurídica esta não solicitasse o retorno à Câmara para a necessária revisão.

Helena Carrascosa (CPRN) comentou que faltam informações básicas sobre EE

Paranapanema para que a CCA possa analisar e aprovar o Plano de Trabalho, defendendo que os recursos não podem ser utilizados para o custeio da unidade de conservação. Sustentou ser fundamental que a CCA seja municiada de informações básicas sobre as unidades de conservação para que ela possa fundamentar suas decisões..

Fernanda Bandeira de Mello (APE) pediu que o Plano de Trabalho venha para a CCA acompanhado de exposição de motivos e uma radiografia das condições da unidade de conservação. Perguntou também se o Plano de Trabalho foi analisado pela Fundação Florestal, o que de fato não aconteceu.

José Amaral Wagner Neto, da Fundação Florestal, comentou que apesar de toda a responsabilidade do órgão no exame das compensações ambientais não tinha à sua disposição as necessárias informações sobre as unidades de conservação, sistematizadas, atualizadas e disponíveis sempre que necessário. Para resolver em parte esse problema a própria Fundação Florestal estava criando um banco de dados que pudesse fundamentar seu trabalho. Finalizou dizendo que a supervisão da aplicação dos recursos não deve ser feito pelo próprio órgão executor.

Lúcia Sena (CPLEA) realçou que há um enorme problema na execução dos TCCAs diz respeito aos Planos de Trabalho disse que o artigo 33 do Decreto Federal 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê como devem ser executados os recursos da compensação ambiental.

Pedro Ubiratan, Coordenador da CCA, comentou que o Decreto do SNUC dá uma ordem de prioridade que não pode ser desobedecida. É possível, por exemplo, conforme o item III do artigo 33, adquirir “bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade”, desde que os problemas relativos à regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração de planos de manejo já estejam resolvidos.

DELIBERAÇÃO: Finalizando a discussão sobre a aplicação dos recursos de compensação ambiental na EE Paranapanema, e considerando que de fato a Fundação Florestal não teve acesso ao Plano de Trabalho elaborado pelo Instituto Florestal, a CCA deliberou que ele seja enviado à Fundação Florestal para ser revisto e reapresentado à Câmara com a máxima



urgência. O prazo estabelecido para a entrega do Plano de Trabalho à CCA foi 31 de maio próximo.

6.2. Condomínios Residenciais Ecoesportivos Dahma São Carlos – Encalso Construções Ltda (Processo SMA nº 13.604/04)

Apresentação e análise do Plano de Trabalho elaborado pelo Instituto Florestal, sendo que os recursos (R\$ 203.052,65) devem ser aplicados, de acordo com deliberação da 24ª Reunião da CCA, na elaboração dos Planos de Manejo da EE de São Carlos.

DELIBERAÇÃO: Da mesma forma que no caso anterior, e pelas mesmas razões, a CCA deliberou que o Plano de Trabalho seja enviado à Fundação Florestal para revisão e reapresentado à Câmara com a máxima urgência. Também neste caso o prazo estabelecido para essa revisão foi 31 de maio próximo.

6.3. Parque Estadual Xixova-Japuí

Apresentação e análise dos Planos de Trabalho dos seguintes empreendimentos:

- TECONDI S/A – Ampliação do terminal de contêineres (Processo SMA nº 13.688/04)

Valor da compensação ambiental: R\$ 300.000,00.

De acordo com deliberação da 25ª Reunião da CCA esses recursos deveriam ser aplicados na regularização fundiária dessa unidade de conservação, conforme Ata aprovada nesta mesma reunião. No entanto, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pelo Instituto Florestal, R\$ 200.000,00 devem ser destinados para regularização fundiária e R\$ 100.000,00 para elaboração de Plano de Manejo.

No que diz respeito ao Plano de Manejo três questões foram colocadas, a saber: em primeiro lugar, Dácio Matheus sustentou que não se justifica aplicar recursos na complementação do Plano de Manejo porque essa complementação diz respeito à zona marinha e ao costão rochoso, cujos estudos podem ser remetidos para uma ação do programa de pesquisa do Plano de Manejo já aprovado. Por outro lado, o Instituto Florestal só indicou o total dos recursos necessários, sem detalhar quais estudos e em que profundidade eles seriam realizados. Finalmente, a CCA não deliberou destinar recursos para essa finalidade.

- Carbocloro S/A Indústrias Químicas – Implantação de terminal marítimo de sal (Processo SMA nº 13.682/04)

Valor da compensação ambiental: R\$ 115.000,00. Destinação: regularização fundiária.

Além dos dois empreendimentos citados acima há ainda recursos para regularização fundiária da COSIPA (Canal de Piaçaguera), exatamente no valor de R\$ 282.500,00 (TCCA firmado em 12/1/2006).

Quanto à regularização fundiária perdura ainda a seguinte pendência: o Instituto Florestal deverá informar à CCA o valor da avaliação do antigo curtume, item de fundamental importância para o controle do Parque, para a sua regularização fundiária e, se incorporado ao



parque e devidamente restaurado, local privilegiado para a implantação de programas de educação ambiental.

Quando da 25ª Reunião da CCA, conforme consta da Ata aprovada nesta reunião, o Instituto Florestal “informou que a aquisição do antigo curtume localizado na área possivelmente poderá ser realizada uma vez que esta compensação, acrescida das demais, perfazem aproximadamente o valor estimado do imóvel”, recursos esses que somam R\$ 697.500,00 (TECONDI = R\$ 300.000,00; Carbocloro = R\$ 115.000,00; COSIPA = R\$ 282.500,00).

No entanto, nesta reunião o Instituto Florestal informou que o valor de mercado do curtume é de R\$ 1.700.000,00, impossibilitando sua aquisição com os recursos acima destinados a essa unidade de conservação.

DELIBERAÇÃO: De posse dessas informações a CCA deliberou que o total dos recursos acima discriminados, a saber, R\$ 697.500,00, será destinado exclusivamente à regularização fundiária do PE Xixová-Japuí. A CCA deliberou também que os Planos de Trabalho elaborados pelo Instituto Florestal para esses empreendimentos deverão ser revistos pela Fundação Florestal. O prazo estabelecido para a apresentação desses Planos de Trabalho à CCA foi 31 de maio próximo.

7. REVISÃO DE DESTINAÇÃO

7.1. Loteamentos Residenciais Damha – AD Empreendimentos Imobiliários (Processo SMA nº 13.571/04)

Analisado na 21ª Reunião da CCA.

Compensação de R\$ 140.000,00; percentual: 0,5%.

Destinada para a implantação do Plano de Manejo da EE Noroeste Paulista, cujo órgão gestor é a UNESP de São José do Rio Preto. Essa destinação foi condicionada à apresentação pela UNESP do Plano de Manejo elaborado. Como essa condicionante não foi atendida até o presente momento, apesar das inúmeras solicitações oficiais feitas pela Secretaria Executiva da CCA, a Câmara deverá indicar nova destinação desses recursos de compensação ambiental.

Deverão ser processadas as devidas alterações no TCCA já assinado.

A destinação desses recursos será decidida no ponto 7.4., quando for discutida a criação da nova unidade de conservação de Barreiro Rico.

7.2. Sistema de disposição de resíduos sólidos classe I – Frey & Stuchi Ltda (Processo SMA nº 13.705/02)

Analisado na 20ª Reunião da CCA.

Compensação de R\$ 56.701,00; percentual: 1,1%

Destinada para o cercamento da ResBio de Pindorama, cuja gestora é a Secretaria e Agricultura e Abastecimento – SAA.



Até o dia 8 de maio passado a gestora da unidade de conservação não havia encaminhado o Plano de Manejo solicitado, obrigando a Secretaria Executiva da Câmara a propor uma nova destinação para esses recursos.

No entanto, no dia 9 de maio o responsável pela unidade de conservação enviou ao DAIA fax do Plano de Trabalho de cercamento da área, compreendendo o cercamento de 1.500 metros lineares e a aquisição de três kits de rádio comunicadores.

Esse fax chegou à Secretaria Executiva da CCA somente no dia 10 de maio pela manhã.

O fax indicava também os representantes da SAA para compor a Comissão de Acompanhamento e Execução do TCCA, a saber: Antonio Lúcio Mello Martins (titular) e Aparecido Valdir Cabrera (suplente).

DELIBERAÇÃO: A CCA aprovou o Plano de trabalho apresentado pela SAA, aprovação condicionada à apresentação pela SAA de justificativa de por que razão só serão cercados 1.500 metros da unidade de conservação.

7.3. Gasoduto de transferência de gás de refinaria entre a REVAP (São José dos Campos) e a RECAP (Mauá) – Norfolk Distribuidora Ltda (Processo SMA nº 13.654/04)

O CONSEMA, por meio da Deliberação 002/2007, solicitou a revisão da porcentagem de compensação ambiental em função da edição da Resolução SMA nº 56/2006.

O DAIA, ao analisar o empreendimento à luz dessa Resolução, informou que o percentual passou de 0,5% para 0,53%, implicando na alteração do valor da compensação ambiental de R\$ 250.000,00 para R\$ 265.000,00.

A CCA, portanto, precisará destinar a diferença de R\$ 15.000,00.

Na 22ª Reunião da CCA foi indicada a seguinte destinação:

- PE Fontes do Ipiranga (Ibt): R\$ 100.000,00 para implantação de Plano de Manejo;
- APA Várzea Rio Tietê (CPLEA): R\$ 75.000,00 para sinalização da APA;
- PNM Serra do Itapeti (PM Mogi das Cruzes): R\$ 50.000,00 (atividade a ser definida);
- APA Paraíba do Sul (IBAMA): R\$ 25.000,00 (atividade a ser definida pela CCA do IBAMA).

Nestas destinações perdura a seguinte pendência: a análise da destinação de R\$ 50.000,00 para a aquisição de equipamentos para o PNM de Itapeti, condicionada à manifestação de a Prefeitura já ter atendido aos incisos I (regularização fundiária) e II (plano de manejo) do artigo 33 do Decreto Federal nº 4.340/02.

Hélio Ogawa (IF) informou com relação a Itapeti de que não se trata de um parque natural, o que motivou a decisão de rever a destinação de recursos para essa área protegida.

DELIBERAÇÃO: Em virtude dessas informações, a CCA resolveu deliberar pela destinação da diferença de R\$ 15.000,00 para a implantação do Plano de Manejo do PE Fontes do Ipiranga (Ibt), destinando para essa unidade de conservação também os recursos (R\$ 50.000,00) de compensação ambiental anteriormente destinados ao então chamado PNM de Itapeti, de responsabilidade da Prefeitura de Mogi das Cruzes.



Desta forma, ficam assim distribuídos os recursos para essas unidades de conservação:

- PE Fontes do Ipiranga (Ibt): R\$ 165.000,00 para a implantação de Plano de Manejo;
- APA Várzea Rio Tietê (CPLEA): 75.000,00 para sinalização da APA;
- APA Paraíba do Sul (IBAMA): R\$ 25.000,00 (atividade a ser definida).

7.4. Barreiro Rico (EE Anhembi) – Criação de nova unidade de conservação

Trata-se da complementação de valor para a quitação de compra de terras, considerando inclusive a destinação cancelada da ENGEP.

Total necessário para essa quitação: R\$ 600.000,00.

Possibilidades:

- Sopesa Agroindustrial Ltda (Processo SMA nº 13.743/03) – Complexo agroindustrial/usina de açúcar e destilaria de álcool
Destinação de R\$ 326.100,00 para a criação da UC Jacaré-Guaçu (TCCA firmado em 30/6/2006).
- Sistema de Disposição Final de Resíduos Sólidos de Onda Verde e de São José do Rio Preto no Município de Onda Verde – Constroeste Construtora e Participações Ltda.
Destinação de R\$ 212.095,00 para a criação da UC Jacaré-Guaçu (TCCA firmado em 2/12/2005).
- Loteamentos Residenciais Damha – AD Empreendimentos Imobiliários (Processo SMA nº 13.571/04).
Destinação de R\$ 140.000,00, sendo que este empreendimento já obteve a LP (Deliberação CONSEMA 18/2006), recursos que foram destinados para o Plano de Manejo da EE Noroeste Paulista da UNESP, conforme ponto 7.1 da pauta de reunião.

No que diz respeito aos recursos destinados à UC Jacaré-Guaçu o Instituto Florestal esclareceu que julgou preferível aguardar a consolidação da experiência de Barreiro Rico, para depois, a partir dessa experiência de implantação, aplicar recursos em Jacaré-Guaçu. Como os recursos estivessem disponíveis mas não utilizados, em virtude do esclarecimento prestado pelo Instituto Florestal, achou-se por bem destiná-los à implantação de Barreiro Rico, com a condicionante de que seja feita a reposição desses recursos.

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou, portanto, destinar os recursos acima discriminados, a saber: R\$ 326.100,00 (Sopesa Agroindustrial Ltda); R\$ 212.095,00 (Sistema de Disposição de Resíduos Onda Verde); R\$ 140.000,00 (Loteamentos Residenciais Damha), somando R\$ 678.195,00, para a criação de Barreiro Rico (EE Anhembi).

Como os recursos necessários para a criação da unidade de conservação somam R\$ 600.000,00, a CCA deliberou destinar os restantes R\$ 78.195,00 aos investimentos iniciais necessários à segurança da própria unidade de conservação.

8. INÍCIO DA ANÁLISE DOS PROCESSOS

8.1. Gasoduto Campinas-Rio de Janeiro/Consórcio Malhas Sudeste Nordeste

Trata-se da revisão da destinação dada pela Câmara de Compensação Ambiental do IBAMA aos recursos desse empreendimento, que somam R\$ 589.659,23, para os Planos de Manejo das seguintes unidades:

- APA Piracicaba/Juqueri-Mirim: R\$ 163.794,23;
- APA Sistema Cantareira: R\$ 163.794,23;
- APA Silveiras: R\$ 163.794,23;
- APA Represa Bairro da Usina: R\$ 98.276,54

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou destinar esses recursos, no valor total de R\$ 589.659,23, para a criação da nova unidade de conservação de proteção integral de Jacaré-Guaçu, compensando-a assim dos recursos anteriormente destinados a essa unidade de conservação e transferidos para Barreiro Rico, conforme o item 7.4. desta Ata.

8.2. DERSA – Rodovia Carvalho Pinto (Processo SMA nº 336/89)

Esse empreendimento é anterior à Lei Federal nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. A compensação é devida em cumprimento à exigência constante no licenciamento ambiental.

Valor total da obra: R\$ 1.909.525.223,49.

Compensação Ambiental: R\$ 9.547.626,12; percentual: 0,5%

Neste caso, o Coordenador da Câmara, Dr. Pedro Ubiratan, defendeu a aplicação dos recursos para a ampliação do Parque Estadual da Serra do Mar até as represas Guarapiranga e Billings, lembrando que vários dos rios dessa região drenam para esses mananciais. A medida, portanto, aumentaria e protegeria o PESM, ao mesmo tempo que conservaria alguns dos mananciais de melhor qualidade dessa região e que drenam para os reservatórios que abastecem milhões de pessoas na cidade de São Paulo, especialmente o reservatório Guarapiranga, que abastece toda a zona Sul da cidade e que se encontra sob constante pressão das ocupações irregulares. A idéia, portanto, é fazer com que o PESM se encontre com a área de proteção aos mananciais para sua melhor proteção.

DELIBERAÇÃO: A CCA Deliberou destinar os recursos dessa compensação ambiental da seguinte maneira:

- R\$ 500.000,00, para o Parque Estadual de Ilha Bela, a saber: R\$ 300.000,00 para elaboração de Plano de Manejo e R\$ 200.000,00 para o levantamento da malha fundiária do Parque.
- O restante dos recursos deverão ser aplicados na ampliação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) na aquisição de área na porção das nascentes da Bacia do Guarapiranga (Núcleo Curucutu).

O Coordenador da CCA solicitou ao DAIA que providenciasse para que o DERSA fizesse a atualização monetária da compensação ambiental e informasse a data do depósito em conta corrente vinculada.



8.3. REPLAN I/PETROBRÁS – Otimização da produção da Refinaria de Paulínia (Processo SMA nº 13.550/04)

Montante previsto para a implantação do empreendimento: US\$ 203.200.000,00.

Compensação ambiental: US\$ 1.016.000,00; percentual: 0,5%.

Abrindo os debates a respeito da destinação desses recursos Hélio Ogawa (IF) informou que as unidades de conservação propostas pelo empreendedor (Estação Ecológica de Valinhos e Parque Ecológico Assessoria de Reforma Agrária) já foram contempladas.

Os representantes do DAIA na reunião informaram que o Parecer Técnico do setor vincula destinação negociada regionalmente. Fernanda Bandeira de Mello sustentou que compreendia o papel do DAIA nas negociações com promotores públicos, prefeitos e organizações não governamentais da região, como receptor das demandas, mas que a destinação dos recursos de compensação ambiental é uma responsabilidade da Câmara de Compensação Ambiental da Pasta.

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou destinar os recursos da compensação ambiental do empreendimento da seguinte maneira:

- R\$ 720.000,00 para a elaboração do Plano de Manejo do Mosaico da Juréia-Itatins;
- todo o restante dos recursos serão destinados para a regularização fundiária do PE Fontes do Ipiranga.

A Fundação Florestal deverá apresentar em 45 dias o Plano de Trabalho da aplicação dos recursos no Mosaico Juréia-Itatins, ou seja, até o dia 25 de junho próximo.

Em razão do fato de que o empreendimento já recebeu a Licença Prévia, o TCCA será lavrado independentemente do Plano de Trabalho, ao qual deverá ser anexado no prazo máximo de 60 dias após sua assinatura.

8.4. REPLAN II/PETROBRÁS – Modernização da produção da Refinaria de Paulínia (Processo SMA nº 13.548/06)

Montante previsto para a implantação do empreendimento: US\$ 1.292.000.000,00.

Compensação ambiental: US\$ 6.410.000,00; percentual: 0,5%.

A proposta do empreendedor para a aplicação dos recursos dessa compensação ambiental foi a destinação da totalidade dos recursos para a criação de unidades de conservação de proteção integral nos municípios de Paulínia, Cosmópolis e Americana. Neste caso as prefeituras em questão serão oficiadas para que fundamentem seus pleitos do ponto de vista ambiental e financeiro.

DELIBERAÇÃO: A CCA deliberou adiar para a próxima reunião a decisão da destinação desses recursos, cabendo à Fundação Florestal apresentar para discussão uma proposta dessa destinação.

Ao DAIA: oficial às Prefeituras de Paulínia, Cosmópolis e Americana para que fundamentem seus pleitos do ponto de vista ambiental e financeiro, com prazo de um mês a partir do recebimento da solicitação para concluir essa fundamentação.



8.5. Desenvolvimento urbano da Fazenda Brandina – Federação das Entidades Assistencialistas de Campinas -FEAC (Processo SMA nº 13.747/00)

Custo previsto da implantação do empreendimento: R\$ 36.611.360,00.

Compensação ambiental: R\$ 183.057,00; percentual: 0,5%.

DELIBERAÇÃO: A CCA resolveu destinar esses recursos da seguinte maneira:

- R\$ 153.057,00 para a elaboração do Plano de Manejo da APA Piracicaba - Área 2 (CPLEA);
- os restantes R\$ 30.000,00 serão aplicados na elaboração do Plano de Manejo da EE Bauru (IF).

8.6. Obras de ampliação do Aeroporto Leite Lopes (Ribeirão Preto) – DAESP (Processo SMA nº 13.509/05)

Custo previsto da implantação do empreendimento: R\$ 218.018.700,00.

Compensação ambiental: R\$ 1.090.093,50; percentual: 0,5%.

DELIBERAÇÃO: Considerando o adiantado da hora, a decisão sobre a destinação desses recursos foi adiada para a próxima reunião da CCA.

9. ENCERRAMENTO

9.1. A próxima reunião da CCA deverá acontecer no dia 14 de junho, às 14:00 horas, na sala de reunião do CONSEMA.

9.2. Foi solicitado pelo Coordenador da Câmara, Dr. Pedro Ubiratan, que os membros da CCA fizessem sugestões para a futura revisão do Regimento Interno da Câmara.

9.3. Resumo das recomendações de caráter geral:

- A CCA deve analisar com o devido cuidado as destinações de recursos para as prefeituras que não querem ou não podem responsabilizar-se pelo bom gerenciamento das unidades de conservação, muitas vezes mal informadas sobre a legislação específica sobre o assunto ou acreditando que esses recursos podem ser aplicados em qualquer outra área ou atividade do município.
- O Decreto do SNUC dá uma ordem de prioridade que não pode ser desobedecida. É possível, por exemplo, conforme o item III do artigo 33, adquirir “bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade”, desde que os problemas relativos à regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração de planos de manejo já estejam resolvidos.

Nada mais havendo para ser discutido, às 18:30 horas deu-se por encerrada a reunião.

Ata elaborada por Antonio Augusto da Costa Faria, Secretário Executivo da CCA.